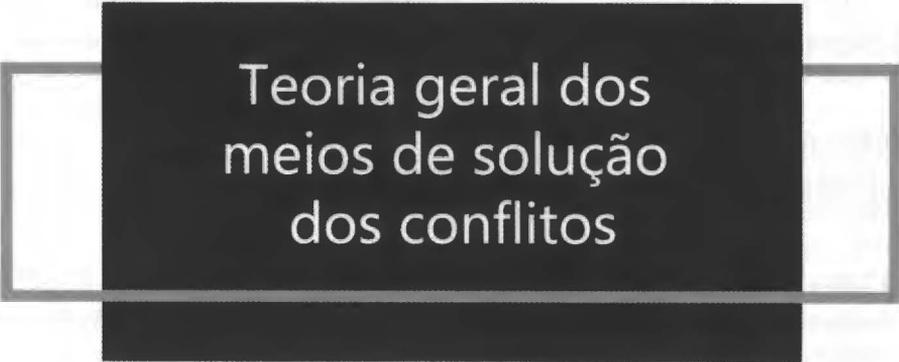

Petronio Calmon

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo – USP
Professor da Universidade de Brasília - Unb e do Centro Universitário de Brasília - Ceub
Procurador de Justiça aposentado
Advogado

Ana Karenina S. Ramalho Andrade

Mestre e Doutoranda em Direito Público pela Universidade de Brasília
Advogada da União

A large black rectangular box with a thin white border, containing the title text in white. The box is centered on the page and has a slightly irregular, hand-drawn appearance.

Teoria geral dos
meios de solução
dos conflitos



Brasília
2024

1ª edição - 2024

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Calmon, Petronio

Teoria geral dos meios de solução dos conflitos / Petronio Calmon, Ana Karenina S. Ramalho Andrade. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2024.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87255-11-8

1. Arbitragem (Direito) - Brasil 2. Conciliação 3. Conflitos - Resolução (Direito) 4. Direito - Miscelânea 5. Mediação e conciliação 6. Resolução (Direito) I. Andrade, Ana Karenina S. Ramalho. II. Título.

23-171643

CDU-347.918(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Resolução de conflitos : Direito 347.918(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais - Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal - Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME

SMPW Quadra 21, Conjunto 2, Lote 5, Casa F

Park Way, Brasília - DF, CEP 71745-102

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

SUMÁRIO



1. Fundamentos para a teoria geral dos meios de solução dos conflitos	1
1.1. Um novo modelo de ensino jurídico: aprendizagem significativa....	2
1.2. O título deste livro.....	2
1.3. Direito processual e Direito material.....	4
1.4. Direito processual	5
1.5. A tradicional teoria geral do processo	7
1.6. A teoria geral do processo no estado constitucional é a teoria geral dos meios de solução dos conflitos.....	8
1.7. Teoria geral dos meios de solução dos conflitos	10
1.8. Processo civil e Processo penal.....	12
2. O conflito e a sociedade	13
2.1. Uma história de conflitos.....	14
2.2. O estudo do “conflito” nas faculdades de direito	15
2.3. Caminhando para um conceito de conflito de interesses	16
2.4. Interesse: a relação entre o homem e os bens da vida.....	18
2.5. Conflito de interesses.....	20
2.6. Harmonia x conflito.....	21
2.7. Sociedade de conflitos.....	22

2.8. O conflito como fenômeno social positivo.....	23
2.9. Classificação dos conflitos.....	24
2.10. Classificação jurídica dos conflitos.....	25
2.11. Classificação dos conflitos conforme as pessoas envolvidas.....	25
2.12. Classificação conforme a complexidade da apuração do conflito.....	26
2.13. Conflitos individuais x conflitos coletivos.....	26
2.14. Classificação dos conflitos conforme seu momento psicológico .	27
2.15. Classificação dos conflitos conforme o tipo de relação entre os envolvidos.....	30
3. Como lidar com os conflitos.....	33
3.1. A regulação.....	34
3.2. Quando um conflito não é resolvido.....	35
3.3. Uma atitude diante do conflito: pretensão.....	36
3.4. Submissão.....	37
3.5. Renúncia.....	37
3.6. Resistência.....	38
3.7. Lide (ou litígio).....	40
3.8. O conflito é um fenômeno multidisciplinar.....	42
3.9. Posição, interesse, necessidade.....	42
3.10. Posição.....	44
3.11. Interesse.....	46
3.12. Necessidades.....	47
3.13. Um novo <i>iceberg</i>	49
4. Os meios de solução dos conflitos.....	51
4.1. Quais os comportamentos possíveis diante de um conflito?.....	52
4.2. Meios de solução dos conflitos.....	53
4.3. Crítica às abordagens tradicionais.....	54
4.4. Autotutela: o conflito pode ser resolvido unilateralmente pela força.....	55
4.5. Autocomposição: o conflito pode ser resolvido pelo consenso....	56

4.6. Heterocomposição: o conflito pode ser resolvido por um terceiro, de forma impositiva	58
4.7. Ordem imposta e ordem consensual.....	60
4.8. Solução pelas partes e solução por terceiro	62
4.9. A solução de conflitos na civilização romana	63
4.10. A expressão “meios alternativos”.....	64
4.11. A derrubada de tabus.....	65
5. Mecanismos de incentivo à autocomposição	67
5.1. O que são mecanismos.....	68
5.2. Meios, mecanismos e métodos.....	68
5.3. Meios informais.....	68
5.4. Mecanismos e métodos para a solução dos conflitos.....	69
5.5. Negociação	69
5.6. Incentivo à negociação.....	71
5.7. Negociação profissional	72
5.8. Mediação	73
5.9. Quem pode ser mediador de conflitos?.....	77
5.10. Código de Processo Civil e Lei de Mediação	79
5.11. Conciliação	81
5.12. O conciliador	84
5.13. A participação do juiz	84
5.14. Resultado da autocomposição.....	86
5.15. A autonomia da vontade e os vícios da autocomposição.....	87
6. Arbitragem	89
6.1. Arbitragem: conceito	90
6.2. O árbitro	92
6.3. Arbitragem como mecanismo optativo.....	93
6.4. Quem pode participar da arbitragem.....	94
6.5. Limitações à arbitragem no Brasil	94
6.6. Quando é recomendável optar pela arbitragem.....	95
6.7. Como instituir a arbitragem: convenção de arbitragem	96

6.8. Cláusula compromissória.....	97
6.9. Opção pela arbitragem.....	97
6.10. Escolha do árbitro, dos árbitros ou de entidade especializada...	99
6.11. Regras da arbitragem	101
6.12. Cláusula escalonada: mediação, arbitragem, justiça estatal, procedimento da justiça estatal	102
6.13. O compromisso arbitral: conceito e hipóteses.....	103
6.14. Requisitos do compromisso arbitral.....	104
6.15. Controle judicial da arbitragem	105
7. A Justiça Estatal.....	107
7.1. A justiça estatal: resolução impositiva de conflitos	108
7.2. Jurisdição como atividade tradicionalmente estatal.....	108
7.3. Um novo conceito de jurisdição.....	109
7.4. Características da Justiça estatal brasileira	113
7.5. Órgãos judiciais monocráticos e colegiados	120
7.6. Características do juiz, agente da jurisdição	121
7.7. O conteúdo da atividade judicial.....	126
8. A estrutura do Poder Judiciário	133
8.1. As justiças brasileiras	134
8.2. O quadro das Justiças.....	137
8.3. O Superior Tribunal de Justiça - STJ	148
8.4. O Supremo Tribunal Federal - STF	149
8.5. Critérios definidores da competência.....	150
8.6. A administração das Justiças.....	152
8.7. O Conselho Nacional de Justiça - CNJ	153
9. A Magistratura	155
9.1. Participação da sociedade nas decisões judiciais (juízes leigos)....	156
9.2. O ingresso nas carreiras da magistratura e os juízes não concurados	160
9.3. As carreiras da magistratura.....	163

9.4. As garantias e os impedimentos da magistratura	167
9.5. Direitos e deveres dos magistrados	168
10. O Ministério Público	171
10.1. A missão constitucional do Ministério Público	172
10.2. Origem do Ministério Público e direito estrangeiro	177
10.3. A independência do Ministério Público	179
10.4. As carreiras do Ministério Público	180
10.5. As garantias e vedações dos membros do Ministério Público.	187
10.6. O Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP	188
11. A Advocacia.....	189
11.1. A advocacia na Constituição Federal.....	190
11.2. As garantias e as responsabilidades dos advogados	191
11.3. Atividades do advogado no processo civil	192
11.4. Capacidade postulatória.....	193
11.5. Honorários advocatícios: sucumbência, recursais e titularidade do direito.....	194
11.6. A Ordem dos Advogados do Brasil	195
11.7. A formação do advogado: faculdades, estágios, exame de ordem.....	197
11.8. Advocacia pública e advocacia privada.....	197
11.9. As advocacias públicas da União, dos estados e dos municípios...	198
11.10. As defensorias públicas: organização e garantias processuais..	200
12. Ação	203
12.1. Garantia do acesso à justiça	204
12.2. Acesso à justiça como direito humano	206
12.3. Ação e demanda	206
12.4. Inércia do Judiciário, dispositivo e sistema acusatório	207
12.5. Os papéis do autor e do réu	209
12.6. Os requisitos da demanda.....	210
12.7. Ação.....	213

12.8. Condições da ação?.....	214
12.9. Identificação da ação.....	215
12.10. Ações idênticas, conexão	223
12.11. Classificação das ações.....	223
13. Participação do réu no processo	225
13.1. Garantias constitucionais.....	226
13.2. Contraditório.....	226
13.3. Ampla defesa	228
13.4. O réu no processo civil e no processo penal.....	232
13.5. As estratégias da defesa.....	232
14. Processo.....	237
14.1. Processo: o método da jurisdição	238
14.2. A garantia do processo.....	239
14.3. Processo e procedimento: distinção	241
14.4. A relação jurídica processual.....	241
15. Atos processuais.....	249
15.1. Atos processuais.....	250
15.2. Invalidez e nulidade.....	256